

O TEATRO ROMANO DE LISBOA

A primeira referência historiográfica acerca do povoado que hoje é Lisboa pertence a Estrabão, que atribui a Júlio Bruto, o Galaico, o amuralhamento da cidade quando, atravessando o Tejo, progrediu para o norte a fim de completar a conquista do ocidente hispânico. Na pronúncia latina, arremedando a fala indígena, de que nada sabemos, chamava-se então *Olisipo*. Era o ano de 138 a.C. Dois séculos mais tarde Plínio-o-Velho, incluindo-a entre os *municipia civium romanorum*, dá-lhe a designação de *Felicitas Iulia*, igualmente abonada, com ou sem *Olisipo*, por meia dúzia de inscrições locais.

Foi neste meio tempo com certeza que Júlio César, apostado na liberalização da cidadania romana e usando-a a seu favor em meios particularmente desafectos da sua pessoa e respectivos interesses, tentou chamá-la a si, tendo em mira talvez as vantagens resultantes da sua posição estratégica, à boca do Tejo, frente ao Oceano, e da sua situação geográfica no centro do que seria um pouco mais tarde a Lusitânia, bem causticada pela sua imprevisível maneira de fazer a guerra.

Tarefa nada fácil. De um lado, o comprometimento com a facção contrária, desarticulada em Munda, mas não de todo esmagada, facção cuja bandeira, seguida por farta clientela hispânica, os Lusitanos, leais à memória de Pompeio, continuavam corajosamente a arvorar. Do outro, o ressentimento das retaliações do ano 61, levadas a efeito pelo amo de Roma no desempenho da sua odiosa pro-pretura. Havia, pois, que vencer justificada resistência.

César deu tudo por tudo. Adoptou-a. Distinguiu-a com o seu nome gentílico de ascendência mais que ilustre por entroncar nos deuses. Como quem adopta um filho. Com todas as consequências. Abriu-lhe as portas da sua clientela. Inscreveu-a na sua tribo, na Galéria, para com ele, na Urbe, votar na mesma urna. Deu-lhe autonomia. Estatuto municipal. Sem colonos. Com os próprios moradores. Colônia é mais que município. Mas este sobreleva aquela em termos de dignidade cívica. Não faz lembrar a passagem pelo jugo dos vencidos. Foi assim que Adriano argumentou quando Itálica lhe requereu estatuto de colônia. Negou-lha. Por bem. Era a sua terra natal.

Em suma, César fez de *Olisipo* uma pequenina Roma. Com os seus duúnvil-

ros, simulacro da dignidade consular. Os seus edis, a cuidar do arranjo citadino. Os seus decuriões, em termos de senado. Senado provinciano, é certo, mas juridicamente válido como o dos *Patres*. Salvas as distâncias, naturalmente. E as competências. E as responsabilidades. Governar Lisboa não é governar o mundo.

Mas, mais que tudo, o ditador, crismando-a de *felix*, augurou-lhe boa sorte, garantiu-lhe vida longa. Séculos sem fim. *Felicitas* é o sucesso, o êxito nos empreendimentos. A prosperidade. O dom dos deuses a quem os venera, os respeita. E, por eles, respeita a ordem estabelecida, a harmonia do universo, o equilíbrio natural das coisas e dos seres. É a recompensa da *pietas* com jus à perenidade. *Pietas, felicitas, aeternitas*: conceitos que se interligam, que se encadeiam na lógica dos bons costumes. É a trilogia do sucesso imperial, da Roma *inuicta*, por isso mesmo *aeterna*. Até um dia. Quando a *pietas*, fundamento do êxito, foi palavra vã. Mero ornamento da titulatura dos Augustos. Gema falsa do diadema dos Césares. Foi o começo do fim.

Felicitas Iulia chamou-lhe César ou Augusto por ele, Júlio também por adoção. Vem a dar o mesmo. Ou quase o mesmo. Não se arrogou Octávio a herança política do Divo? No limiar do Império e acertando o passo pelos tempos novos, *Felicitas Iulia Olisipo*, com o cordão umbilical à mostra, com o topónimo indígena a lembrar o processo da sua romanização, na escalada dos valores, tem bom princípio. Bons augúrios. Auspícios favoráveis. O poder político central, reconhecendo-a *felix*, travou-lhe a existência com a duração dos séculos, contrariamente ao esconjuro de Herculano. O bafo dos deuses acalentou-a no berço. Os Divos, retirando-a do *ager publicus* para o gozo das liberdades cívicas, vaticinaram-lhe com o nome um próspero destino. Com os melhores votos. Como quem lança esperançoso um filho para a vida. Lisboa, no ocidente extremo do mundo romano. Ao assalto dos demais continentes. Das suas águas, nas caravelas, portuguesas, a romanidade faz-se à vela para rumos universais. Sob o signo da *felicitas*. E porque não?

+

+

+

É fácil imaginarmos a Lisboa desse tempo. Sobejam para isso os documentos epigráficos. Letreiros a lembrar os mortos. Legendas honoríficas. Lápides votivas a pedir ou agradecer favores celestes. De tudo um pouco. Servos,

libertos, cidadãos de facto e de direito, do primeiro extracto, acotovelando-se nas ruas do velho burgo vestido à romana. A dança dos nomes. A troca dos gentilícios no jogo das clientelas e adopções. Uma sociedade heterogênea, cosmopolita já, com muitos gregos à mistura, ou talvez não. Simplesmente orientais. De terras que falaram o grego comum dos tempos helenísticos. Desde o Danúbio ao Nilo em arco de círculo varrendo o levante. Gente que veio a tentar a sorte em horizontes novos do lado oposto do mundo. A defender interesses próprios. Ou de outrem. Ao serviço de uma *nobilitas* impedida pelo *mos maiorum* de embarcar na contingência dos negócios, salvo os do Estado, na carreira das honras. Agentes de comércio, instaladores de indústrias, promotores de trocas, investidores de numerário, os orientais, reconhecíveis pelos apelidos que não deixam, pululam por todo o ocidente escudados no gentilício illustre dos seus patronos, a cuja clientela se encostaram para benefícios mútuos.

É o caso dos Apônios, gente bem de Roma, latifundiários de leste, emparceirados com gente de menos, orientais de origem, escravos de ontem, presos no nome à raiz do berço, gente que se fixou nestas paragens. Há uma *Aponia Nicopolis*, que morreu e se enterrou em Loures, no aro de Lisboa. Um *Aponius Sosumus* que, em plena Beira, em Fornos de Algodres, se recomenda a Mercúrio, o deus dos tratos em mau e bom sentido. Um agregado familiar, de três gerações, ocidentalizado, que foi a sepultar por alturas de Condeixa. Sô para a mostra.

E, com eles, hispanos de procedências várias. Alguns de longe, da remota *Clunia*, para as bandas de Burgos, celtiberos de estirpe; outros de cerca, túrdulos talvez na maioria; lusitanos, em suma. Celtas também, na imprecisão do termo: indo-europeus da franja ocidental, comodamente arrumados na mesma prateleira. Um xadrez de povos!

Mas falando todos um idioma sô: a língua do Lácio. Trajando de um sô modo: à romana. Apelidando-se, os homens livres, de idêntica maneira: com três nomes à latina e filiação expressa. Em princípio. Por vezes a tribo. Sobre tudo nos primórdios. Toga, latim, designação onomástica da ordem: três requisitos sem os quais ninguém se pode prevalecer da cidadania romana. Afora as da Praça da Figueira, provenientes, das obras do Metro, à espera de adequado estudo, são 144 as inscrições que disto nos falam. Disto e de muito mais para quem lhes entende o falar. A maioria, quase a totalidade, encontra da no *oppidum*. Umas quantas fora: três em Santarém, uma em Fermedo, no concelho de Arouca, aludindo todas a *olisíponenses*. De tantas, restam 42. Dis-

persas aos quatro ventos. Como foi possível ? !

Hoje, percorrendo as ruas de Lisboa pelas encostas do morro encimado pelo castelo de S. Jorge, tanto do lado do mar, a ocidente, como do rio que lhe beija os pés da banda sul, tem-se a sensação de caminhar sobre as ruínas ocultas de uma cidade que, sem grandes ressonâncias literárias, foi no entanto populosa e próspera. Mas que fontes, latinas ou gregas, são mais prolixas quanto à luxuosa *Conímbriga*, à *imperatoria Salacia* ou à *splendidissima civitas*, população ou povoação, que ora se chama Bobadela, alfobre de inscrições que bem lhe atestam a importância ? Sobre todas paira o mesmo silêncio dos autores clássicos. Aqui, ali uma excepção. Sô por excepção.

Ora, em número de inscrições, a todos sobreleva a cidade de Lisboa. Anda pela centena e meia, como vimos. Há-as também por referenciar. Inéditas. Desconhecidas do público. De resto, não conta sô o *oppidum*. Toda a região é rica em monumentos epigráficos. Funerários sobretudo. A inculcar densa demografia. É o núcleo de Odrinhas, para Sintra. Torres-Vedras. Alenquer, na rota de *Scalabis*, atingível também, rio acima, pelo curso do Tejo. Dada a larga utilização das vias fluvial e marítima para as deslocações na época romana, tanto para efeitos de comércio como para a movimentação de pessoal em missão de soberania, no militar e no civil, não admira que Lisboa beneficiasse, em larga medida, da privilegiada situação de que neste aspecto desfrutava, à boca do estuário, escala de tráfego entre a barra oceânica e a cabeça do *conuentus*, a montante. O seu amplo porto foi seguramente uma das razões, se não a principal, do seu crescente desenvolvimento.

Populosa e bem servida certamente de estruturas adequadas ao exercício das obrigações e regalias cívicas, Lisboa, o velho castro romanizado, não pôdia deixar de ter, qual minúscula Roma, o seu *forum*, para o convívio social, a sua basílica talvez, as suas termas para os banhos, os seus pórticos, os seus templos, o seu teatro, eventualmente o seu circo, onde correriam os famosos filhotes das águas lusitanas prenhes pelo vento.

Não seria rigorosamente hipodâmico, ortogonal, o traçado dos seus arruamentos, subordinados ao terreno, em declive, nas encostas do morro. *Cardo* e *decumanus*, de norte a sul e de poente a nascente, entrecruzando-se, haveria pelo menos, sinuosas com certeza, mas na direcção da praxe, pois eram de expressão augural. Ao meio, na encruzilhada, o *forum*. Não ficou memória. Da basílica, se basílica houve, tão pouco. De pórticos, nem vestígios. Do circo, nem falar. Fala-se, sim, de um possível templo, ao Largo da Madalena, consagrada a Cibele, a mãe dos deuses. Como também se fala de dois edifícios termais: um, o dos Cães

sios, na Rua das Pedras Negras; o outro, dos Augustais, na Baixa lisboeta, onde a Rua da Prata cruza com a dos Retrozeiros. O primeiro, posto a descoberto em 1771, foi de novo soterrado; do segundo, encontrado em 1770, conservam-se potentes subestruturas, periodicamente visitáveis. É o que resta. As vicissitudes da evolução urbanística adulteraram profundamente o perfil de Lisboa romana. O progresso submergiu-a. Ruínas não faltarão no seu subsolo. Ruínas como as do teatro, que importaria recuperar a todo o custo. São o museu vivo da cidade.

+

+

+

A falta de referências até finais do séc. XVIII leva a supor que o teatro deixou de estar à mostra em fase muito antiga, fosse pela natural sedimentação do terreno fosse por aluimentos resultantes de sucessivos terramotos, frequentes na área de Lisboa. Aterro sobre aterro, foi-se gradualmente elevando, em qualquer dos casos, o solo útil do sector urbano. Quando dos sismos ocorridos na era quinhentista, pelos anos 30, já não devia existir, caso contrário ter-lhe-iam feito alusão os humanistas, afanosamente atentos a todas as manifestações culturais do classicismo antigo, mormente as fronteiriças com as letras. Um teatro, por arrombado que estivesse, não era despicienda relíquia dos bons velhos tempos, agora em renascença. Tê-lo iam certamente até utilizado, com os seus escolares, para de novo o animarem com a reposição dos originais greco-latinos, outra vez gostados, ou a estreia da nova produção espartilhada por aqueles, qual vinho novo metido em odres velhos, como se tornou hábito dizer. Nada consta. Haverá, pois, que ir mais atrás.

A fazer fé num selo de chumbo apenso a um documento de 1352, guardado na Câmara Municipal de Lisboa, em que se tem querido ver, por alturas de S. Mede ao Caldas a bancada do teatro romano assinalado em semicírculo no risco planimétrico do burgo medievo, teríamos de concluir pelo seu desaparecimento entre o reinado de Afonso IV e o Renascimento. Persiste a dúvida. Não se teria ele arruinado quando dos abalos que se deram pelos fins do Império? Há quem o sustente. São tudo conjecturas.

O certo é que foi o terramoto de 1755 que determinou a sua localização, anos mais tarde, ao removerem-se os entulhos para novas edificações. Foi em

1798. A zona tinha sido profunda e particularmente atingida. Ficara reduzida a um montão de escombros, os "monturos" de S. Mamede, como durante algum tempo se chamou o sítio. Removidos os entulhos e abertos os caboucos para a construção do prédio que, na Rua da Saudade, faz esquina com a de S. Mamede, toparam-se as ruínas, ainda reconhecíveis segundo testemunhas de presença.

Faz o registo Frei Manuel do Cenáculo, o qual, com a designação de *Monumento que se achou nas ruínas da parte sul do convento dos Lóis em Lisboa*, permanece manuscrito na Biblioteca Pública de Évora em pasta sem número copiando diversas inscrições. Segue-se-lhe o estudo do professor da gramática e Língua Latina, Luís António de Azevedo, em 1899, dado à estampa no *Supplemento à Gazeta de Lisboa*, de 9 de Fevereiro, com o trabalho meritório de tentar a interpretação das inscrições achadas, tanto a dedicada a Nero pelo flâmen C. Heius Primus como a dedicada a este pelos seus libertos. E termina com a *Dissertação crítico-filológico-histórica sobre o verdadeiro anno, manifestas causas, e attendíveis circunstâncias, da erecção do Tablado e Orquestra do antigo Theatro Romano, descoberto na escavação da Rua de S. Mamede perto do Castello desta Cidade, com a intelligência da sua inscripção em honra de Nero, e noticia instructiva d'outras Memórias alli mesmo achadas, e até agora apparecidas do mesmo autor, vinda a lume na capital em 1815 com a inserção do Prospecto da elevação das ruínas do Theatro Lisbonense, levantado do natural por Francisco Xavier Fabri architecto da Casa Real.*

E dizemos que aqui termina o elenco bibliográfico porque efectivamente, afóra a lembrança visual de José Valentim de Freitas, que em 1851, em manuscrito hoje perdido mas parcialmente transcrito por Júlio de Castilho, na *Lisboa Antiga*, recorda ter visto com dez anos as ruínas do teatro, ninguém mais lhes volta a pôr a vista em cima, pois de novo ficam soterradas após mutilações de toda a ordem. Tudo o que ao depois se diz não passa de mera repetição sem qualquer valor, salvo no campo epigráfico as rectificações propostas por E. Hübner à interpretação de Luís António de Azevedo.

Recentemente, o teatro romano de Lisboa, classificado "de interesse público" pelo Dec. nº 47 984, de 6 de Outubro de 1965, a instâncias da Câmara Municipal de Lisboa, voltou a suscitar interesse. Fernando de Almeida, com os alunos da Faculdade de Letras, efectuou prospecções em 1965, publicando os resultados no ano imediato. Irisalva Moita, a seguir, levou as escavações até onde possível na altura. O seu relatório, dado a lume em 1970, na *Revista Municipal*, está na base destas notas.

+

+

+

O teatro de *Olisipo*, como tantos outros de estirpe romana, Orange por exemplo, assenta no pendor do morro, do lado do rio, entre a Sê e o Castelo. Da sua bancada (*Cauea*), em semicírculo, ainda em parte por descobrir, via-se o Tejo, na frente, panorama sempre belo, ontem como hoje. De través o sol iluminava-a no nascente e no poente. Sô no meio-dia lhe batia de chapa. Hora vazia para o espectáculo. Quantos lanços tinha, não sabemos já. Sô estão escavados os primeiros assentos. Reduzida ao "miolo" por lhe faltar o revestimento pêtreo, ignora-se também em quantos sectores (*cunei*) se dividia realmente a *cauea*. Parece, aliás, que ela nunca esteve à vista quando dos desaterros de 1798. Ninguém se lhe refere.

Da *orchestra*, algum dia *conistra* para os jogos de luta, envolvida pela meia-laranja da bancada, há elementos mais seguros. Pôs-se a descoberto o lastro dos assentos corridos que a contornavam perifericamente do lado da *cauea*, destinados à assistência graduada, a nata social dos magistrados, em funções ou não, a classe senatorial do município. Figuravam já esquematizadamente no *Prospecto* de Fabri com três degraus, que não sabemos se são reais ou apenas subjectivos, imaginados, por e para se ajustaram teoreticamente ao diagrama clássico. O chão era revestido de mármore cinzento e cor-de-rosa.

Quanto ao palco (*scaena*), estrutura complexa onde se desenvolvia a acção dramática, está no osso. Nada é como estava no tempo do *Prospecto* e do estudo de Azevedo. Já nessa altura, aliás, a *scaenae frons* a parte mais nobre do edifício, estava completamente esbarrondada. Um mar de destroços, mal arrumados em cima do *proscænium*. Este, com o avental ou *murus pulpiti* recortado do tipo ocidental, mistilíneo, apresentava-se relativamente em bom estado. Hoje pouco mais resta que a subestruturas em forma de pilar.

O *murus*, ao centro, possuía cinco reintrâncias, três em meia-laranja e duas em rectângulo, alternando a partir do vão central em semicírculo. Uma inscrição, repartida pelos cinco vãos, corria ao longo da fachada, relativamente baixa, frente ao público, atribuindo a construção do *proscænium* e da *orchestra*, com os seus *ornamenta*, a *C. Heius Prímus*, flâmen do culto imperial dos Júlio-Claudios (*flamen augustalis*), a cujo herdeiro reinante, Nero, e

le dedica a obra. Apareceram fragmentos nas escavações. A seu tempo serão objecto de estudo circunstanciado. Em cipo à parte, que levou caminho, o mesmo flâmen recebia homenagem dos seus libertos, que certamente lhe levantaram uma estátua ou qualquer outra forma de lembrança. Pelos nomes, parece gente de fala originariamente grega, orientais pela certa.

Enquadrando os cinco vãos, havia mais um a cada lado, rectangulares, em frente dos quais, entre a fachada do *proscænium* e os extremos (*cornua*) da orquestra, sem tapar os corredores de acesso, jaziam dois Silenos, um por cada vão, reclinados em odres com repuxos para os consabidos borrifos (*sparções*): um foi parar ao Museu de Belém, o outro ao palácio dos Marqueses de Rio-Maior, às Portas de Santo Antão.

Seguiam-se duas outras reintrâncias, quadrangulares, depois as escadas para subir ao palco e, finalmente, um vão em cada topo, rectangular, com o dobro dos demais. Foi usado na construção, além de calcário denominado urgeiro, extraído no local, o lioz de Sintra, quase mármore. Romaníssima esta frente de proscênio amplo e baixo, em contraste com o palco grego ou helenístico, mais alto e acanhado, romaníssima na sua elegante sobriedade sem deixar de ser monumental e imponente, romaníssima de boa época, ainda não dominada pela exuberância barroco dos tempos que se seguem.

Como em muitos outros casos ocorreu, é provável que os melhoramentos introduzidos pelo flâmen augustal nos começos do principado de Nero, pelo ano 57, fossem para substituir um antigo tablado de madeira e uma orquestra de terra batida, sendo só do primitivo a concha da bancada, a *cauea*. A primeira construção não deveria andar longe do momento em que, por virtude da sua elevação a município o castro se adaptou à urbanística romana do mesmo jeito que se adaptou no plano social. Talvez ainda no tempo de César. Mais seguro no reinado de Augusto. Sem certezas, naturalmente.

Pena é que da *scaenae frons* nada se possa dizer a não ser que, emoldurada pelo Tejo e recortada no céu da outra banda, devia constituir um belo ornamento da cidade e um aprazimento para os olhos dos espectadores, sentados em anfiteatro do lado da colina. Efeito agradável. Posição certa para evitar a dispersão, a fuga do som para o imenso do espaço aberto do estuário. Se o proscênio de *C. Helius Primus* substituiu realmente o mais antigo de madeira ou mesmo de pedra, mais somenos, e se a esse melhoramento se limitou, quanto à *scaena*, a acção benemerente do flâmen supomos não errar propondo para a *scaenae frons* uma data ulterior. Não muito distante, certamen

te. De qualquer modo, coeva ou quase, não deixaria de condizer, no plano arquitectural e artístico, com o conspecto geral do *murus pulpiti*, acertando por ele o seu andamento. De imediato, o que temos, além do alçado de Fabri, é uma amálgama de elementos arquitectónicos, que não permitem uma restituição segura: cantaria aparelhada, frisos em pedaços, molduras, bases de coluna, fustes lisos e estriados, um que outro capitel atirando para o jónico, restos de esculturas. Há que tentar o arranjo.

Com base na "coluna jónica" e no facto de a *cauea* estar encaixada no dorso da colina, escavada em concha, tem-se pretendido atribuir ao teatro de *Olisipo* uma certa feição "arcaizante", de influência grega, para evitar o termo "tradição", sem perspectivas históricas. Reforçaria o ponto de vista um fragmento de baixo-relevo com caracteres gregos, o início do nome de Melpómene. Não faz sentido.

Seria contrário ao espírito romano, seria a negação do seu tão apregoado pragmatismo desperdiçar com apoio natural para, artificialmente, se criar uma infra-estrutura, cara e menos sólida, para suporte da bancada. Lisboa possuía excelentes condições para este tipo de construção, que aliás tem paralelos, tanto no oriente, foco de helenismo, onde a "tradição" tem realmente peso e pode entrar no jogo, como no ocidente, sem raízes gregas. Aspendo e Orange são dois exemplos frisantes. Casos houve até em que, para evitar a subestrutura em arcaria, se recorreu ao leito artificial de terra, menos dispendioso e mais seguro. O que se fez em *Olisipo* era, pois, a construção que localmente se impunha no mais puro espírito do utilitarismo romano.

Quanto ao mais, não se coaduna com o próprio processo da romanização, isto é, com a vivência romana que se constata no velho castro em transformação. Se até os gregos, se gregos são, se arrogam nomes à romana ! Se eles se "libertam" pelo humanitarismo das leis romanas ! Se falam à Latina ! Se a população em geral faz valer constantemente a sua cidadania romana, que a equipara aos cidadãos da capital ! Se tudo é romano: o número, os utensílios, os banhos, os templos, os deuses, o modo de ir para a terra ! Seria estranho que um *municipium*, no viço dos primeiros anos e no ardor das primeiras vitórias cívicas, se deixasse empolgar, contagiar ou influenciar sequer pelo gosto dos gregos, dando-lhes o gosto de o teatro da cidade ser um tributo à sua civilização, que nada ou pouco lhe diria, por muito por muito numerosa que fosse a população de Leste, generi

camente designada por "gregos". Seria estranho que, quando na própria Atenas o teatro de Dionísio se ajeita à romana e o mesmo fazem os teatros helenísticos da Ásia-Menor, *Olisipo* remasse contra a maré e fizesse um teatro à grega. Estranho, enfim, que uma cidade, romaníssima no mais, quisesse ser grega no teatro. E logo no teatro, uma das expressões mais lídimas da mensagem cultural romana !

Os elementos invocados são, pois, irrelevantes. Construir em arcaria ou em piso firme não é questão de data, é questão de circunstância. Mais que "arcaizante", que não se entende o que seja, a *cauea* é arcaica pela altura em que foi edificada. Não é das mais recentes. Antes pelo contrário. É anterior, pelo menos, aos melhoramentos promovidos pelo flâmen augustal. Se lembrarmos que Roma teve o seu primeiro edifício teatral em 55 a.C. e que, depois, só voltou a tê-los já bem entrado o principado de Augusto, forçoso é concluir pela sua relativa antiguidade.

Colunas jónicas, sós ou combinadas com as outras ordens, são frequentes nos teatros romanos. Em qualquer época. Em qualquer região. E alusões às Musas, na própria língua em que, por convenção elas se faziam ouvir, só de uma autoridade romana insuspeita, segura da sua missão, por verniz literário. O exemplo vinha do poder central. O contrário, num país em romanização, ainda por cima tradicionalmente insubmisso, seria desvio equivalente a subversão.

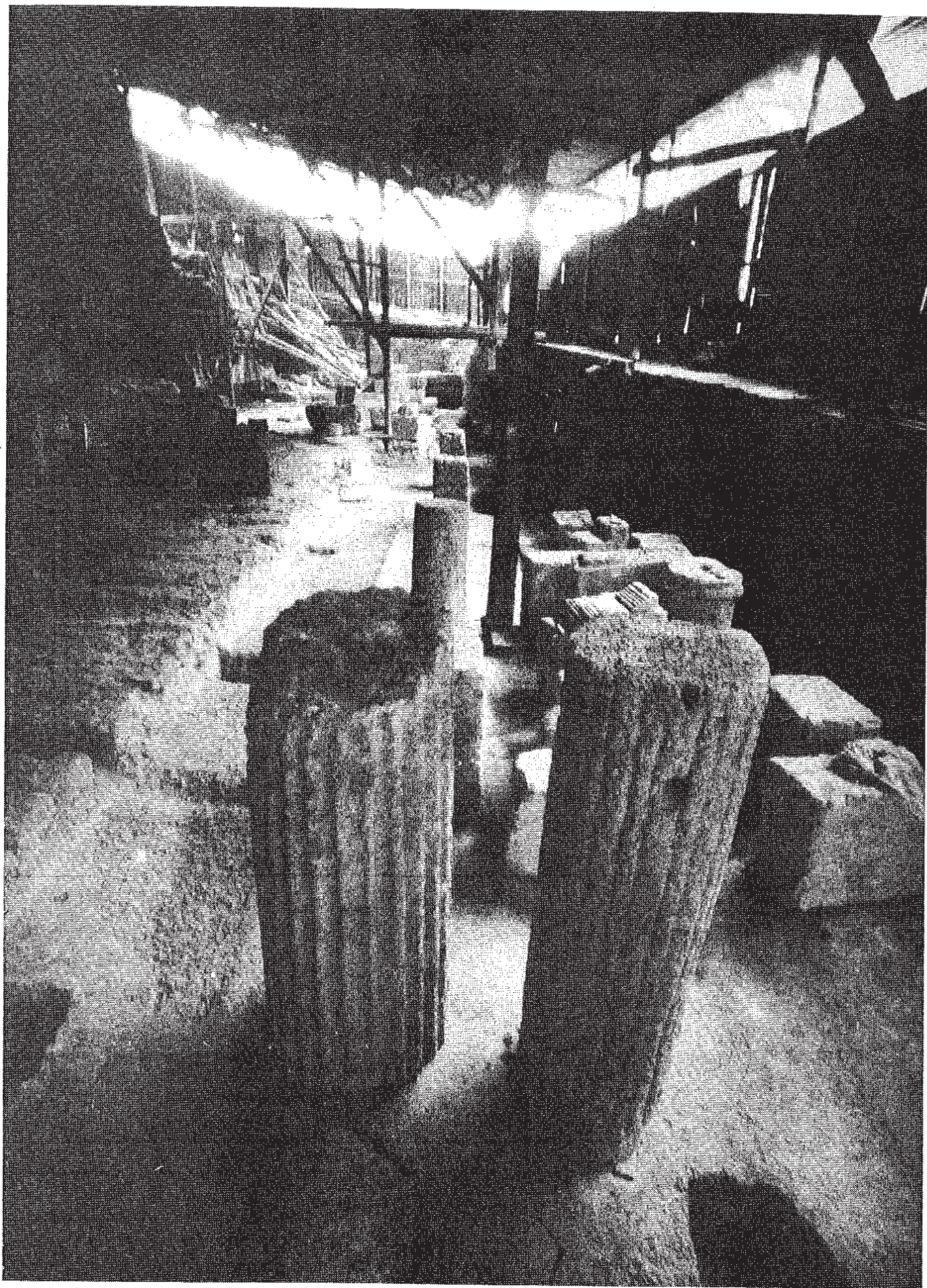
+

+

+

O arranjo do teatro mais ocidental que Roma fez erguer, relíquia inestimável do seu e nosso património cultural, impõem-se por si. Cabe-nos essa obrigação. Por nós e pela civilização. Numa altura em que tanto se fala da salvaguarda dos valores herdados, não é de perder o ensejo. Pelo que sabemos, tudo se orienta no melhor sentido. Oxalá em breve o drama clássico volte à cena em Lisboa no seu palco natural !

JOÃO DE CASTRO NUNES



Um monte de destroços sobre o pavimento primitivo, em que assentam os pilares do tablado é o que resta da *scaena* do teatro romano de Lisboa. (Fotografia cedida pelo Instituto de Tecnologia Educativa)